

O melhor da Escola são as Pessoas!



Escola
Secundária

José Falcão

Projeto Educativo 2024-27

AUSCULTAÇÃO:

Pessoal Docente

Pessoal Não Docente

Representantes dos Pais e Encarregados de Educação

Representante dos alunos

APROVAÇÃO:

Este documento obteve parecer favorável do Conselho Pedagógico (CP), em 29/01/2025.

Este documento foi aprovado pelo Conselho Geral (CG) 12/2/2025

Índice

Pág.

1. INTRODUÇÃO	1
2. IDENTIDADE DA ESCOLA	2
2.1 José Falcão – Patrono da Escola	2
2.2 História	3
2.3 Visão	4
2.4 Missão	4
2.5 Valores	4
3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	6
3.1 Estabelecimento	6
3.2 Estrutura organizacional e funcional	7
3.3 Recursos humanos	8
3.4 Caracterização da população discente	10
3.5 Oferta educativa	11
3.6 Recursos educativos e outras estruturas	13
3.7 Critérios de ação pedagógica	14
4. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO – ANÁLISE SWOT	16
4.1 Análise interna	16
4.2 Análise externa	18
5. PLANO DE AÇÃO	19
6. PARCERIAS	30
7. AVALIAÇÃO	32
8. DIVULGAÇÃO	33
BIBLIOGRAFIA E LEGISLAÇÃO CONSULTADA	34



1. Introdução

O Projeto Educativo (PE) é um documento fundamental que define toda a orientação da atividade educativa da Escola, sendo construído de forma partilhada, realista, motivadora e avaliável (Azevedo, 2011). De acordo com a alínea a), do n.º 1, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 julho, o PE consubstancia-se como um dos instrumentos de autonomia e de gestão escolar, que se descreve como um «(...) documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa». Ainda, de acordo com o mesmo normativo, o PE deverá ter como objetivo «...a clarificação e comunicação da missão e das metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva».

O triénio 2021-2024 foi desafiante para a Escola Secundária José Falcão (ESJF) decorrente do início de mandato de uma nova Direção a par do 3.º ciclo da Avaliação Externa das Escolas (AEE) pela Inspeção Geral da Educação e Ciência, acrescendo ao início do processo de requalificação da escola, com inúmeras ações de auscultação da comunidade educativa. Não obstante, o balanço global do PE 21-24 aponta para um elevado cumprimento da maioria das ações e metas resultado da mobilização, dedicação e cooperação do pessoal docente e não docente da ESJF, do envolvimento dos encarregados de educação, do apoio da autarquia e juntas de freguesia e da participação dos vários parceiros educativos. No Relatório de Autoavaliação 22-23 foi realizada uma análise SWOT que serviu de base para formular o atual diagnóstico.

O PE 2024-2027 assume-se como um projeto de continuidade e de consolidação das estratégias educativas, dotado de um dinamismo próprio, sujeito a possíveis reajustamentos que a sua operacionalização vier a exigir, de modo a sedimentar a identidade da ESJF, a reforçar as suas competências, a sua autonomia, o sentido de pertença à comunidade e a promover o sucesso educativo de todos os alunos, numa escola que é inclusiva. Cremos que este PE cumpre os propósitos e orientará a ação de toda a comunidade educativa continuando o seu lema **“O melhor da Escola são as Pessoas!”**.

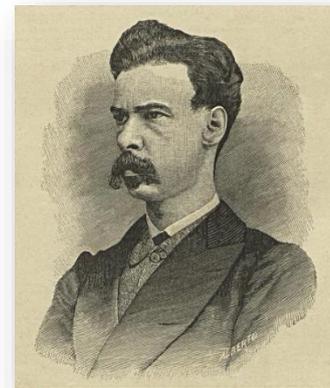


2. Identidade da Escola

2.1 José Falcão – Patrono da Escola

José Joaquim Pereira Falcão nasceu em Pereira, concelho de Miranda do Corvo, no dia 1 de junho de 1841.

Estudou no Liceu de Coimbra (à data instalado no edifício do Colégio das Artes), que veio a dar origem à atual ESJF. Na Universidade de Coimbra, cursou Matemática e Filosofia, tendo-se doutorado em Matemática. Foi, simultaneamente, professor do Liceu de Coimbra (de Alemão) e da Universidade, tendo passado a professor catedrático da Faculdade de Matemática em 1871. Em 1890, foi nomeado Diretor Interino do Observatório Astronómico de Coimbra.



Diz Fernando Catroga, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que José Falcão «não foi [...] um cientista com vocação tecnocrática, nem muito menos um académico magnificamente instalado na Torre do Saber», mas sim, um cidadão atento a todos os anseios espirituais, políticos e sociais do seu tempo, que lutou pela transformação total da sociedade portuguesa. Acreditava que, pelo exemplo irrepreensível dos seus dirigentes e por meio de grandes reformas, o povo se libertaria da ignorância e da superstição, elevaria o seu nível de vida e se tornaria consciente dos seus direitos e deveres. Com este objetivo, redigiu em linguagem simples e acessível a *Cartilha do Povo*, em que se discutiam questões como o significado da República e o governo do povo pelo povo. Esteve envolvido na insurreição republicana de 31 de janeiro de 1891. Uma vez abortada a insurreição, dedicou-se a reorganizar o Partido Republicano no norte do país. José Falcão notabilizou-se, ainda, como jornalista e foi sensível e atento aos problemas do ensino público, demonstrando preocupação pelas questões pedagógicas, como o comprovam muitos dos seus escritos.

José Falcão faleceu em Coimbra, no dia 14 de janeiro de 1893. Jaz no Cemitério de Santo António dos Olivais. Em 1914, implantada a República, foi decidido homenagear este grande vulto da sociedade portuguesa, de que sobressaem as dimensões científica, pedagógica, política e social, ligando o seu nome a um dos mais prestigiados liceus do país.

2.2 História

Por decreto de Passos Manuel, publicado a 19 de novembro de 1836, foram oficialmente criados os primeiros três liceus no país: o Liceu de Coimbra, o Liceu de Lisboa e o Liceu do Porto.

O Liceu de Coimbra substituiu o Colégio das Artes, criado em 1548 (que, então, se extinguiu), tendo ocupado o respetivo edifício e do qual recebeu professores. Passou, então, a constituir uma secção da Universidade de Coimbra: as matrículas dos alunos eram feitas na Secretaria da Universidade e a presidência do liceu era da competência do reitor da Universidade.

O liceu foi instalado, em 1840, no Colégio das Artes, sendo, depois, transferido para as antigas instalações do Hospital da Nossa Senhora da Conceição (situado no Colégio das Onze Mil Virgens, por detrás da Sé Nova) e, em 1870, para o Colégio de S. Bento. Ambas as localizações se deveram à proximidade com a Universidade, em especial com o Laboratório Químico e com o Jardim Botânico, que garantiam o estudo de novas disciplinas, como Botânica, Química, Física, Mineralogia e Zoologia.

Em 1880, passou à categoria de Liceu Nacional Central, com o aumento de horas dedicadas às línguas vivas e às ciências naturais.

Após a implantação da República Portuguesa, o Liceu toma o nome de Liceu José Falcão, em 1914, em homenagem a um dos grandes ideólogos do Republicanismo no país, autor da *Cartilha do Povo*, ex-aluno do Liceu e seu professor.

Em 1928, foi criado o Liceu Júlio Henriques, que evoca a figura deste mestre e cientista de renome, revolucionador do ensino da Botânica, criador da Sociedade Broteriana (1880). O Liceu Júlio Henriques veio a funcionar numa das alas do edifício de S. Bento, fazendo vizinhança com o Liceu José Falcão.

Como as instalações do edifício de S. Bento se tornaram exíguas para comportar o aumento da população dos dois liceus, construiu-se um edifício de raiz destinado ao Liceu: o arquiteto Carlos João Chambers Ramos, Jorge Segurado e Adelino Nunes, três referências do primeiro modernismo da arquitetura portuguesa, projetam, então, e surge, em 1936, o edifício na Av. D. Afonso Henriques, ampliado em 1938.

O edifício enquadra-se numa perspetiva modernista e funcionalista, inspirada em modelos ingleses, com três blocos interligados em "U". Adotou as modernas conceções europeias do espaço liceal, que obedecia a normas rigorosas de higiene escolar (materiais utilizados, luminosidade, capacidade dos diversos espaços, entre outros) e correspondia às exigências de um plano pedagógico que contemplava as áreas das Humanidades, das Ciências, das Artes Oficiais e da Educação Física¹.

Em reunião do dia 15 de outubro de 1936, o reitor Alberto de Oliveira explicava ao conselho de professores a decisão ministerial de aglutinar os dois liceus – o Liceu José Falcão e o Liceu Júlio Henriques – num só. O edifício da Av. D. Afonso Henriques ficaria para o novo Liceu D. João III.

Em 1974, em Assembleia Geral de Escola do Liceu D. João III, professores, alunos e funcionários decidem recuperar, como patrono do Liceu, o nome de José Falcão, grande vulto do final do século XIX, companheiro de Eça de Queiroz, entre outros.

Em 1979, o Liceu passa a Escola Secundária – a ESJF – herdeira, então, do antigo Liceu de Coimbra, do Liceu José Falcão e do Liceu D. João III, por onde passaram milhares de alunos e de professores¹.

O Liceu D. João III foi um dos dois liceus de formação de professores em Portugal desde os finais da década de 1930 até 1947 – o outro era o Liceu Pedro Nunes, em Lisboa –, sendo mesmo, entre 1947 e 1956, o único liceu no país a fazer formação de professores. Gerações de professores estagiários passaram pelo Liceu D. João III e pela ESJF, vindo alguns a ser professores no próprio Liceu e, atualmente, na ESJF (Rodrigues, 2003; Moniz, 2008).

Neste século XXI, a ESJF continua a ser uma escola de formação de professores e de alunos, dispondo de turmas do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário (cursos científico-humanísticos e cursos profissionais).

2.3 Visão

A ESJF pretende ser reconhecida como uma instituição de excelência em educação, que transforma vidas e contribui significativamente para o desenvolvimento de uma sociedade justa, sustentável e inovadora. Aspiramos ser um modelo de ensino que integra tecnologia, criatividade e valores humanísticos, preparando os nossos alunos para serem líderes éticos e agentes de mudança num mundo global, enfatizando os objetivos futuros da escola, como a inovação, a liderança ética, a sustentabilidade, a inclusão e o impacto positivo na comunidade.

2.4 Missão

A missão da Escola é a de fazer com que os alunos potencializem as suas competências e possam corresponder ao Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, preparando-os para serem cidadãos críticos, criativos, cooperativos e comprometidos com a transformação social. Acreditamos na importância de um ambiente inclusivo e acolhedor, onde cada um é valorizado e incentivado a desenvolver o seu potencial, respeitando a diversidade e promovendo o respeito mútuo.

A ESJF assume a missão de prestar à comunidade um ensino e uma educação de qualidade e responsabilidade, numa escola de excelência aberta e inclusiva, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, equilibrada e interventiva.

2.5 Valores

Os princípios pelos quais se rege a vida na ESJF são os previstos nos artigos 3.º, 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. São aí enunciados os princípios gerais de Igualdade, Participação e Transparência. São também enunciados os princípios gerais de Ética que devem ser respeitados pelos responsáveis pela atividade educativa e que estão consagrados na Constituição da República e na Lei: Legalidade, Justiça, Imparcialidade, Competência, Responsabilidade, Proporcionalidade, Transparência e Boa-Fé.

¹Foi, em 2010, classificado pelo IGESPAR como Monumento de Interesse Público.

Seguem-se os valores que dizem respeito a toda a comunidade educativa.

Humanismo – A Escola fundamenta a sua ação no respeito pela dignidade do ser humano, tornando as pessoas o centro da sua ação.

Cidadania e Solidariedade – A Escola promove o desenvolvimento integral dos alunos, futuros cidadãos responsáveis pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária, capazes de promover ações para mitigar limitações/sofrimento de outrem.

Inclusão e Equidade – Cada aluno tem o direito de aprender e de se sentir elemento essencial da Escola, a par de todos os seus colegas, de acordo com o princípio de equidade, que exige o reconhecimento das desigualdades existentes entre os jovens (meio social, estruturação familiar, competências cognitivas ou outras...) para proporcionar o tratamento diferenciado na busca da igualdade de oportunidades.

Disciplina – Defende-se o cumprimento do conjunto de regras e normas instituídas na escola e plasmadas no respetivo Regulamento Interno.

Qualidade – A Escola desenvolve a formação dos alunos alicerçada em critérios de rigor e exigência, numa perspectiva de melhoria contínua, considerando que os alunos têm o direito de almejar o mais alto nível do saber.



3. Caracterização da Escola

3.1 Estabelecimento

A ESJF está situada no n.º 126 da Av. D. Afonso Henriques, na "Cumeada" de Coimbra, entre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e os Hospitais da Universidade de Coimbra, com as coordenadas geográficas 40º12'42"N, 8º24'46"O.

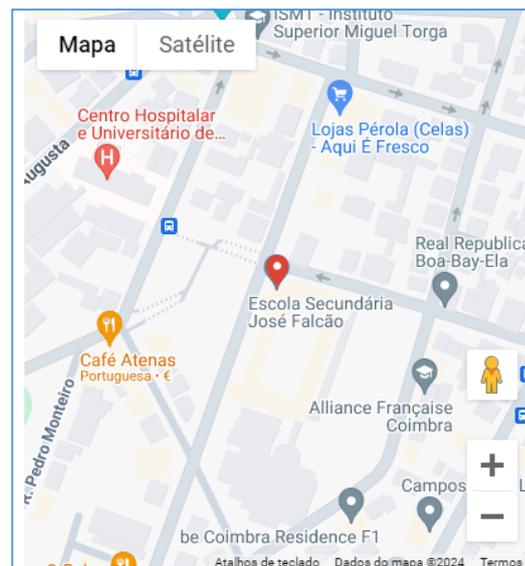


Figura 1 - Localização geográfica da ESJF (Fonte: Google Maps)

O edifício da escola é constituído por três blocos interligados numa configuração em "U".

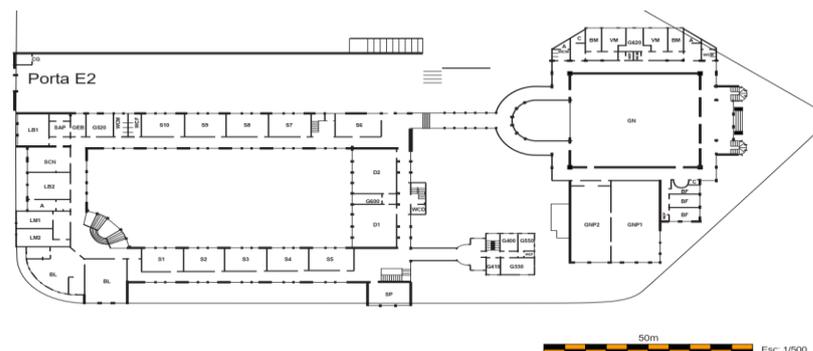


Figura 2 – Planta do piso 1 da ESJF

Espaços e Equipamentos de trabalho

Tabela 1. Descrição e n.º de salas/espços da ESJF

Sala da Direção	28 Salas de aula (normal)
Sala do Conselho Geral	2 Laboratórios de Biologia
Sala de Reuniões	1 Sala de Ciências Naturais
Sala de Diretores de Turma	2 Laboratórios Química
Sala de Exposições	2 Laboratórios Física
Sala de Professores (com Bar)	1 Laboratório de Matemática
Sala Multiusos (projeção multimédia)	2 Laboratórios de Multimédia
Gabinete de Mediação Disciplinar (GMD)	1 Laboratório de Audiovisuais (LAV)
Auditório	2 Salas de Informática (salas 11 e 12)
Anfiteatro (135 lugares)	1 Sala de Geografia
Biblioteca	3 Ginásios
Sala SAE (SPO /Educação Especial)	Sala de Trabalho
1 Refeitório	Espaço Saúde (curso TAS)
Bar dos alunos	6 Salas de Artes (D1, D2, D3, Sala EV, Sala SD1 e Sala SD2/Oficinal)
Serviços Administrativos	
Reprografia	

3.2 Estrutura organizacional e funcional

Órgãos de gestão e administração e estruturas de orientação educativa

De acordo com o ponto 2, do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, que estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação, a administração e gestão do agrupamento de escolas é assegurada pelos seguintes órgãos:

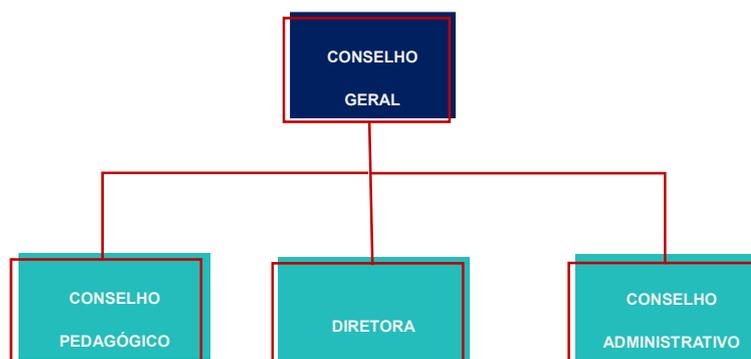


Figura 3 – Órgãos de gestão

Tabela 2. Descrição das funções, funcionamento e composição dos órgãos de gestão

	Função	Reunião	Composição
Conselho Geral	Órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da Escola, de acordo com a especificidade dos seus alunos e com a realidade social e cultural em que se insere.	Reunião ordinária uma vez por trimestre	8 representantes do Pessoal Docente; 2 representantes dos Alunos; 2 representantes do Pessoal não Docente; 4 representantes dos Pais ou EE; 3 representantes do Município; 2 representantes da Comunidade Local.
Diretora (Direção)	Órgão de administração e gestão da Escola, nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira	Permanente	Diretora Equipa: Subdiretor; 2 adjuntas; 2 assessoras.
Conselho Pedagógico	Órgão de coordenação educativa da Escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente	Reunião ordinária uma vez por mês	Diretora (presidente); 4 Coordenadores de Departamento; 5 Representantes de grupo; Coordenador DT; Professora Bibliotecária; Coordenador Cursos Profissionais; Psicóloga SPO; Coordenador conselho de Orientadores Cooperantes; Coordenador ou representante da Educação Especial; Coordenador de projetos.
Conselho Administrativo	Órgão de administração e gestão, que delibera em matéria administrativo-financeira da Escola.	Reunião ordinária uma vez por mês	Diretora (presidente); Subdiretor ou adjunto, Chefe dos Serviços Administrativos ou quem o substitua.

Instrumentos de autonomia, gestão e organização

Em conformidade com os objetivos definidos, devem ser elaborados os instrumentos de gestão e organização que, em articulação com este PE, contribuem para a concretização do Plano de Ação, nomeadamente:

- Plano Anual de Atividades (PAA);
- Regulamento Interno;
- Relatório de Conta de Gerência;
- Relatório EQAVET;
- Relatório de Avaliação Externa;
- Relatório de Autoavaliação;
- Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE);
- Projeto Cultural da Escola (PCE);
- Estratégia da Escola para a Cidadania e Desenvolvimento (ENEC).

3.3 Recursos Humanos

A ESJF tem um quadro de pessoal docente e não docente relativamente estável. A população escolar, no ano letivo 2024-2025, é constituída por 961 alunos (479 rapazes

e 482 raparigas), 110 docentes e 30 não docentes (9 assistentes técnicos e 21 assistentes operacionais), segundo valores apurados no início da atividade letiva. No que respeita ao pessoal docente e não docente, a média etária é elevada, o que coloca alguns constrangimentos ao nível das substituições por motivo de doença e de aposentação.

Docentes

O quadro de pessoal docente é estável, conforme se verifica na tabela 3, na medida em que a maioria dos docentes pertence ao QA ou QZP e tem permanecido na ESJF durante um período considerável. No entanto, verificou-se uma alteração de cerca 30% dos docentes no ano letivo 2024/2025 em resultado do concurso nacional de docentes. As tabelas 3 e 4 mostram a distribuição dos docentes por vínculo ao longo do último triénio e por Departamento Curricular no ano letivo 2023/2024.

Tabela 3. Distribuição do pessoal docente por vínculo nos últimos 3 anos letivos

	2021/2022	2022/2023	2023/2024
Quadro de Escola	49	54	62
QZP	34	34	34
Contratados	3	28	16
Total	108	116	112

Tabela 4. Distribuição do pessoal docente por Departamento Curricular no ano letivo 2023/2024

Departamentos 2023/2024	Grupos	Quadro (QE/QZP)	Contrato	Outras situações	Total
Expressões	600, 620, 910, 530	24	1	3	28
Ciências Sociais e Humanas	400, 410, 420, 430	16	2	0	18
Matemática e Ciências Experimentais	500, 510, 520, 550	35	7	0	42
Línguas	300, 320, 330, 350	21	3	0	24
	Total	96	13	3	112

Pessoal não docente

Os Serviços Administrativos funcionam com um sistema de gestão de processos, nos quais está integrado o Serviço de Ação Social Escolar (SASE), desde a cantina aos subsídios escolares. A escola dispõe de duas psicólogas nos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) e de um técnico de informática.

Tabela 5. Distribuição do pessoal não docente por Departamento Curricular nos últimos 3 anos letivos

	2021/2022	2022/2023	2023/2024
Técnicos Superiores	---	3	2
Assistentes Técnicos	9	10	10
Assistentes Operacionais	21	21	24
Total	30	34	36

3.4 Caracterização da população discente

A população discente da ESJF é heterogénea, apresentando alunos cuja residência se situa na área de influência da Escola e outros que residem em zonas mais distantes, deslocando-se para esta escola por motivos relacionados com a proximidade do local de trabalho dos Pais/Encarregados de Educação ou pelo próprio prestígio da escola. A tabela 6 ilustra a evolução do número de alunos matriculados nos vários anos de escolaridade ao longo dos últimos três anos letivos.

Tabela 6. Distribuição dos alunos por turma nos últimos 3 anos letivos

		2021/2022		2022/2023		2023/2024	
		Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
Ensino Básico	7.º	3	57	3	63	3	65
	8.º	3	62	3	67	3	70
	9.º	3	68	3	64	4	81
Ensino Secundário	10.º	10	267	9	228	9	227
	11.º	9	202	10	242	8	191
	12.º	8	195	9	203	10	235
Ensino Profissional	10.º	2	34	4	58	4	48
	11.º	2	18	3	32	4	49
	12.º	2	18	2	18	3	30
Total		42	921	46	975	48	996

Tabela 7. Distribuição dos alunos por turma/ano no ano letivo 2023/2024

	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Profissional		
	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	10.º	11.º	12.º
N.º médio de alunos/turma	22	23	20	25	24	24	12	12	10
N.º alunos ASE	24	11	11	43	22	23	1	0	0
N.º de alunos MSAI (MS/MA)	6	6	13	9	6	8	10	7	8

No âmbito da Ação Social Escolar (ASE), em 2023/2024, as percentagens de alunos abrangidos são: Esc. A - 50% Esc. B – 41%; Esc. C – 9%. Na tabela 8 é apresentada a distribuição dos alunos que usufruem de MSAI, de acordo com o previsto nos art. 8.º, 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, no ano letivo 2023/2024.

Tabela 8. Distribuição dos alunos com MSAI por nível de ensino no ano letivo 2023/2024

Nível de escolaridade	Medidas Universais	Medidas Seletivas	Medidas Adicionais
Ensino Básico	75	25	0
Ensino Secundário	103	23	0
Ensino Profissional	9	22	3

3.5 Oferta Educativa

Oferta curricular

A oferta educativa e formativa da ESJF abrange os níveis de Ensino Básico (7.º, 8.º e 9.º ano) e Ensino Secundário, incluindo, neste caso, os cursos científico-humanísticos e a modalidade dos cursos profissionais. À luz da legislação vigente, a oferta escolar do 3.º Ciclo do Ensino Básico é a regular de acordo com currículos nacionais. A partir do 10.º ano de escolaridade, os alunos optam de acordo com a oferta escolar, que assegura Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Profissionais. O Ensino Profissional, como modalidade de opção no Ensino Secundário, caracteriza-se por uma forte ligação com o mundo profissional. Tendo em conta o perfil do jovem candidato, as aprendizagens realizadas nestes cursos valorizam o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, permitindo também o acesso ao Ensino Superior.

No que respeita ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, a ESJF disponibiliza, como disciplinas de opção, ainda que dependentes do número de inscrições, o Francês e o Espanhol. Ao nível da Oferta de Escola, a escola proporciona a opção de Expressão Plástica.

No que concerne ao Ensino Secundário, a ESJF disponibiliza os Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais. Ainda no Ensino Secundário, a ESJF disponibiliza os Cursos Profissionais de Técnico de Turismo; Técnico de Multimédia; Técnico Auxiliar de Saúde; Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos; Técnico de Informática – Sistemas; Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores. Estes dois últimos cursos foram aprovados para o ano letivo 2024/2025 apesar de não estarem em funcionamento em 2024/2025, por inscrições insuficientes de alunos.

Projetos de escola

A ESJF proporciona atualmente à Comunidade Educativa um conjunto de agendas extracurriculares no âmbito de Projetos de Desenvolvimento Educativo.

Desporto Escolar

O Desporto Escolar (DE) tem como objetivos: contribuir para a melhoria do processo educativo; fazer com que o aluno se sinta protagonista na comunidade educativa; habilitar a ESJF de meios que permitam um ambiente escolar propiciador da aprendizagem, socialmente acolhedor, inclusivo e cordial. A ESJF dinamiza a equipa de Natação e de *Padel*, tendo sido possibilitada a participação de alunos de outras escolas. No que concerne à atividade desportiva externa para alunos da escola, houve um incremento do número de protocolos firmados com várias escolas da região de Coimbra. A oferta desportiva do DE consiste na manutenção das equipas de Natação e *Padel*, bem como manutenção/ incremento de protocolos com outras escolas de Coimbra (Badminton, Voleibol, Futsal e Atletismo).

Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual

O Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual (PESES) desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e do bem-estar na Comunidade Escolar. As suas principais funções incluem: promoção da saúde global, educação sexual, saúde mental e prevenção da violência, estratégias de implementação, organização e gestão.

O PESES visa, assim, criar um ambiente escolar que apoie o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo a saúde de toda a comunidade através de uma abordagem educativa abrangente e integrada.

Projeto Leitura, Escrita e Inclusão

O Projeto Leitura, Escrita e Inclusão (PLEI) tem o propósito de apoiar alunos que apresentam perturbações da aprendizagem específicas com impacto na leitura e na escrita e alunos que revelam dificuldades ao nível da leitura e da escrita, nomeadamente alunos migrantes, cuja língua materna não é o português, bem como alunos oriundos de países em que o português é língua oficial, como do Brasil ou de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que beneficiam de MSAI, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

Programa Mentoria

O Programa de Mentoria fomenta e privilegia dinâmicas de colaboração interpares no plano do estudo e aprendizagem, capazes de aprofundar o conhecimento e perspetivas reflexivas, criativas e críticas sobre os processos de aprendizagem, potenciando o bem-estar na escola e uma vivência académica solidária, salutar e promotora da dignidade individual. O programa estabelece que o aluno mentor acompanhe o aluno mentorando no desenvolvimento das aprendizagens, no esclarecimento de dúvidas, na integração escolar, na preparação para os momentos de avaliação e em outras atividades conducentes à melhoria dos resultados escolares, individuais e de grupo.

Parlamento de Jovens

O Programa Parlamento dos Jovens é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário. Constituem objetivos principais do programa: educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política e dar a conhecer a Assembleia da República. Este programa desenvolve-se em 3 fases: a sessão escolar, a sessão distrital e a sessão nacional.

Clube Ciência Viva

O Clube Gota d'Água Ciência Viva presta à comunidade um ensino e uma educação responsável de qualidade, promovendo a valorização do conhecimento científico e tecnológico, promovendo uma ciência fundamentada nos princípios de uma cidadania solidária, participativa e ativa. Incentiva o ensino experimental e a utilização de recursos digitais, diversificando as formas de aprendizagem. Privilegia a interdisciplinaridade, recorre a abordagens inovadoras do currículo e combina sistemas formais e não formais de educação, promovendo o pensamento crítico, a autonomia, a melhoria das aprendizagens e o trabalho colaborativo entre os elementos da comunidade educativa. Através de práticas educativas inclusivas, estimula a consciencialização ambiental e fomenta uma responsabilidade coletiva na construção de um futuro mais sustentável.

Projeto Cultural de Escola/ Plano Nacional da Artes

O Projeto Cultural de Escola (PCE) constitui um programa interventivo baseado em experiências pedagógicas que visa o reforço da identidade individual, bem como do perfil escolar e territorial, a partir não só do conhecimento do território de proximidade, mas também através da expressão livre de índole artística. Pretende-se propiciar uma

articulação entre a escola, o currículo, os conteúdos, o território, a comunidade, o património e a cultura local.

Projeto aLer mais e melhor

Uma escola “aLer mais e melhor” reconhece que a leitura suporta todas as aprendizagens e é imprescindível ao sucesso pessoal e escolar dos seus alunos. Concomitantemente, assume que a promoção do gosto pela leitura e o desenvolvimento das competências leitoras são da responsabilidade de toda a comunidade. Desenha, ainda, um programa de leitura, como estratégia basilar do seu projeto educativo, monitorizando sistematicamente o seu trabalho no âmbito da promoção da leitura e os respetivos impactos. O programa “aLer mais e melhor” estrutura-se nos seguintes eixos de intervenção: visibilidade da leitura, leitura recreativa, leitura orientada, socialização da leitura e envolvimento da família.

3.6 Recursos educativos e outras estruturas

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) constitui-se como um dos recursos organizativos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, composta por recursos humanos permanentes e variáveis. As suas principais funções prendem-se com a sensibilização da comunidade para a educação inclusiva, propor Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (MSAI) e acompanhar e monitorizar a aplicação dessas medidas. Compete-lhe também prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, assim como a elaboração de Relatórios Técnico-Pedagógicos (RTP), Programas Educativos Individuais (PEI), Plano Individual de Transição (PIT) e acompanhar o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA).

Centro de Apoio à Aprendizagem

De acordo com o estipulado no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, republicado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) é uma estrutura de apoio dinâmica, plural e agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências existentes na escola. Esta estrutura, numa lógica de rentabilização dos recursos existentes, integra um contínuo de diversas respostas educativas disponibilizadas pela escola para todos os alunos a beneficiarem de MSAI, tendo em conta as fragilidades ou barreiras à aprendizagem identificadas e as necessidades e interesses de cada aluno. O CAA, enquanto recurso organizacional, insere-se numa linha contínua de respostas educativas disponibilizadas pela escola e organiza-se segundo dois eixos: suporte aos docentes responsáveis pelas turmas e complementaridade, com carácter subsidiário, ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos.

Serviço de Psicologia e Orientação

O Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) é uma unidade especializada de apoio educativo com autonomia científica e técnica e dever de confidencialidade. As atividades do SPO incluem a intervenção em três grandes áreas: orientação escolar e

profissional; apoio psicológico e psicopedagógico individual ou em grupo; apoio ao desenvolvimento da comunidade educativa. A ESJF tem presentemente ao seu serviço duas técnicas no SPO.

Gabinete de Mediação Disciplinar

O Gabinete de Mediação Disciplinar (GMD) tem uma intervenção direcionada para a regularização de comportamentos, monitorizando e sinalizando alunos para eventuais ações de acompanhamento diferenciado. Assim, o GMD funciona como estrutura de apoio à coordenação e uniformização dos procedimentos disciplinares, com finalidade formativa, construtiva e de prevenção de comportamentos indisciplinados.

Biblioteca Escolar

A Biblioteca Escolar (BE) é um espaço educativo destinado à consulta e à produção de documentos em diferentes suportes, funcionando como serviço de apoio à aprendizagem, oferecendo aos alunos a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e utilizadores da informação, em todos os formatos e meios. Constitui-se como espaço agregador de conhecimentos e recursos diversificados, um local de suporte às aprendizagens, no apoio ao currículo, no desenvolvimento da literacia digital, da informação e dos *media*, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania. Deste modo, a ação da BE é orientada para o apoio ao desenvolvimento curricular, à educação do gosto pela leitura e para o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística.

Associação de Pais

A Associação de Pais pretende assegurar a defesa dos direitos e deveres que assistem aos pais e encarregados de educação, em tudo quanto respeita à educação dos seus filhos e educandos, de acordo com a legislação em vigor, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento de toda a comunidade educativa. A Associação de Pais e Encarregados de Educação rege-se por estatutos próprios, publicados no Diário da República.

Associação de estudantes

A Associação de Estudantes da ESJF permite estabelecer uma ligação entre as estruturas pedagógicas da escola e os discentes em geral. Este organismo desempenha um papel determinante no que concerne à promoção e participação de todos os alunos em agendas desenvolvidas pela e para a comunidade educativa. A Associação de Estudantes rege-se por estatutos próprios publicados no Diário da República.

3.7 Critérios de ação pedagógica

Critérios para constituição das turmas

De acordo com o artigo 2.º do Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, alterado pelo Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho de 2020, na constituição de turmas, "...prevalecem critérios de natureza pedagógica, definidos no projeto

educativo e no regulamento interno.”. Por outro lado, o n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua redação atual, na alínea c) dispõe como competências da Diretora “Superintender na constituição de turmas [...]”. Os critérios específicos para a constituição de turmas constam do documento *Critérios para a constituição de turmas* que deve ser objeto de revisão anual e sempre que as alterações legislativas assim o obriguem.

Critérios para distribuição de serviço e elaboração de horários

De acordo com o n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua redação atual, respetivamente nas alíneas c) e d), dispõe como competências da Diretora “Superintender ... na elaboração de horários e distribuir o serviço docente [...]”. Os critérios específicos para a distribuição de serviço e elaboração de horários dos alunos e dos docentes estão de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente os respetivos estatutos, o Regulamento Interno, o Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho, e constam do documento *Critérios de elaboração de horários* que deve ser objeto de revisão anual e sempre que as alterações legislativas assim o obriguem.



4. Diagnóstico estratégico – Análise SWOT

Na elaboração do PE, é fundamental uma visão de conjunto da instituição: é pertinente observar-se a Escola segundo uma análise SWOT, acrónimo cujas iniciais são as das palavras *Strengths* (forças ou pontos fortes), *Weaknesses* (fraquezas ou pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças ou constrangimentos).

A análise que se segue foi realizada tendo em conta o referido no Relatório de Autoavaliação de 2022/2023 e Relatório de Avaliação Externa das Escolas de 2022/2023.

Identificam-se, deste modo, os pontos fortes e os pontos fracos (aspectos internos à escola), assim como as oportunidades e as ameaças (aspectos externos à escola). Depois desta identificação, poderemos cruzar essas variáveis para que se encontrem soluções para potenciar os pontos fortes, para enfrentar e ultrapassar os pontos fracos, para fazer uso das oportunidades e para evitar as ameaças ou o seu efeito, com vista à elaboração do plano de ação para o próximo triénio.

4.1 Análise interna

Pontos fortes

- Fatores identitários e consciência da sua existência;
- bons resultados escolares;
- elevado número de alunos que acedem ao ensino superior na primeira opção de candidatura;
- oferta educativa e formativa variada, com diversificação de cursos do ensino secundário e forte aposta nos cursos de ensino profissional;
- oferta diversificada em aulas de recuperação das aprendizagens;
- abandono escolar inexistente no ensino básico e residual no ensino secundário;
- corpo docente com competência científica e pedagógico-didática e com larga experiência profissional;
- existência de um PCE dinâmico, transdisciplinar e aberto à comunidade;
- escola de formação inicial de professores;
- desenvolvimento de projetos e iniciativas consolidadas para a promoção da autonomia e responsabilidade coletiva e individual;
- resposta da ESJF às necessidades específicas de alunos sinalizados com MSAI;
- atividades diversificadas propostas no Plano Anual de Atividades que envolvem todas as turmas;

- participação em projetos europeus;
- dinamismo da BE no âmbito da promoção das diferentes literacias, com iniciativas de qualidade;
- SPO dinâmico, eficiente e eficaz, com melhoria do serviço prestado, mediante alteração dos procedimentos e Regimento Interno;
- ligação eficaz e eficiente escola – família assegurada pelos diretores de turma, garantindo uma comunicação eficaz e atempada;
- alunos do ensino secundário, no geral, motivados para a aprendizagem com sentido de responsabilidade, tendo em vista o ingresso no ensino superior;
- expectativas positivas dos alunos em relação à Escola, de que é revelador o número de alunos que procuram a ESJF como primeira opção de matrícula.
- horários dos professores que, em geral, harmonizam bem as componentes letiva e não letiva;
- Associação de Estudantes bem organizada, dinâmica, mobilizadora dos alunos, atenta aos interesses e problemas dos alunos, além de sensível às propostas oriundas da Direção;
- representantes dos Pais e Encarregados de Educação que, em geral, participam na vida da Escola no que diz respeito às reuniões dos Conselhos de Turma e à do Conselho Geral;
- espírito colaborativo da Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- bons espaços de natureza desportiva que permitem a lecionação de todas as valências da disciplina de Educação Física e podem ser utilizados por cursos dessa área;
- reconhecimento do mérito académico e social, traduzido em atos públicos;
- promoção da equidade e inclusão de todos os alunos em articulação com parceiros locais.

Pontos fracos

- Aproveitamento limitado por parte dos alunos das aulas de recuperação das aprendizagens disponibilizadas pela ESJF;
- falta de qualidade de ligação à internet;
- reduzidos mecanismos de supervisão da prática letiva;
- baixa participação de alunos, encarregados de educação e pessoal não docente na resposta a inquéritos de satisfação nomeadamente da autoavaliação;
- elevado número de alunos por turma;
- alguma falta de pontualidade dos alunos;
- instalações da escola a necessitar de obras e com limitações que condicionam negativamente o bem-estar dos alunos, dos docentes e dos não docentes;
- pouca visibilidade da reflexão pedagógica conjunta e do trabalho colaborativo entre docentes;
- baixa monitorização da aplicação da avaliação formativa;
- escassez de reflexão consistente sobre os resultados da autoavaliação;
- alguma resistência às orientações da Tutela quanto à Autonomia e Flexibilidade Curricular;

- número insuficiente de Assistentes Operacionais para articular as necessidades da escola;
- fraca satisfação dos alunos relativamente ao serviço de refeição.

4.2 Análise externa

Oportunidades

- Escola bem localizada (centralidade, proximidade do polo da saúde e da Universidade de Coimbra, bons transportes) acessível a património histórico e cultural;
- obras de requalificação a iniciar em 2025;
- existência de empresas com as quais se pode estabelecer protocolos que contribuam para a formação e a inserção dos alunos dos cursos do ensino profissional;
- diversos projetos nacionais que podem ser abraçados pelos alunos da Escola (por exemplo, Parlamento dos Jovens, Olimpíadas da Matemática, da Língua Portuguesa, da Física, entre outros);
- possibilidade de participação em projetos europeus como forma de capacitar docentes e alunos para os desafios do século XXI;
- Plano de Ação de Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE);
- projetos e parceiros ligados aos STEAM (Clube Ciência Viva);
- escola da área de abrangência do Centro de Formação do Agrupamento de Escolas (CFAE) Minerva, recetivo às necessidades de formação dos docentes;
- qualidade de parcerias estabelecidas;
- heterogeneidade dos perfis socioeconómicos e culturais dos alunos;
- encarregados de educação com qualificações e disponíveis para colaborar com a Escola em iniciativas no âmbito da Educação, da Cultura e da Cidadania.

Ameaças

- Redes sociais sem filtro educativo;
- desvalorização do conhecimento *versus* classificação na perspetiva de alguns alunos;
- resposta insuficiente do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) considerando o grau de severidade dos alunos com medidas adicionais;
- transferência de competências para a Autarquia;
- descrédito da imagem do professor enquanto agente privilegiado do ato educativo.



5. Plano de Ação

Objetivos, metas, indicadores de medida e monitorização

O plano de ação do PE aponta as linhas de ação e respetivos objetivos, com um referencial para as metas e indicadores de medida que resultam da diagnose efetuada e teve em consideração o Projeto de Intervenção da Diretora, a sua Carta de Missão deste último mandato, o Relatório de Avaliação Externa da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC) de 11 de julho de 2023, o Relatório de Autoavaliação 22/23, o Plano de Desenvolvimento Digital da Escola e os indicadores disponíveis no portal Infoescolas.

As quatro linhas de ação estruturantes da ação formativa e educativa da ESJF são: a autoavaliação, liderança e gestão, a prestação do serviço educativo e os resultados. O referencial construído articula-se com os referentes da IGEC para a avaliação externa da escola e a sua concretização, que de seguida se delinea, é responsabilidade partilhada de todas as estruturas intermédias, sob monitorização do Conselho Pedagógico e observância do Conselho Geral.

Segue-se a apresentação do Plano Estratégico da ESJF, com a apresentação das linhas de ação através de domínios, dos objetivos estratégicos, das metas e respetivos indicadores.

Linha de ação 1. Autoavaliação

Domínio	Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias
A. Organização, planeamento e implementação da autoavaliação	A1. Dar continuidade/ melhorar o processo de autoavaliação na escola, tendo em vista a concretização de planos estratégicos de melhoria.	N.º de instrumentos de trabalho implementados com eficácia.	Aplicar questionários a docentes, não docentes, alunos e pais e encarregados de educação via <i>e-mail</i> institucional por cada ano letivo.	Aplicação de questionários setoriais, via <i>e-mail</i> . Manter um procedimento sistemático da autoavaliação da escola, continuando a implementar uma cultura de autoavaliação.
	A2. Estabelecer um processo de autorregulação partilhada e democrática.	Percentagem de elementos da comunidade que respondem aos questionários da equipa de autoavaliação.	Alcançar 60% de respondentes aos questionários na comunidade docente/ não docente/discente/encarregados de educação.	Sensibilização da comunidade educativa para a importância em participar ativamente na dinâmica escolar e educativa, através da resposta aos questionários. Resposta aos questionários para alunos em sala de aula com DT.
	A3. Assegurar a participação na equipa de autoavaliação de representantes de todos os agentes educativos para uma ação partilhada e colaborativa.	N.º de elementos permanentes na equipa e sua representatividade.	Figurar um representante de estruturas diversas na equipa de autoavaliação.	Participação de representantes de várias estruturas na equipa de autoavaliação. Auscultação da comunidade educativa.
	A4. Elaborar o relatório de autoavaliação da ESJF no final de cada ano letivo, em articulação com os vários processos de avaliação (relatórios de Cidadania e Desenvolvimento, do PAA, dos projetos e da BE, etc).	Elaboração de relatório final de autoavaliação para cada ano letivo. N.º de relatórios mobilizados para o relatório de autoavaliação final.	Apresentar o relatório anual até ao final de setembro do ano letivo seguinte. Contemplar informação de todas as estruturas no relatório de autoavaliação final.	Articulação da autoavaliação com os restantes processos de avaliação que ocorrem em sede de Grupo Disciplinar/Departamento e outras estruturas. Atualização anual da análise SWOT.
B. Planos de melhoria	B1. Maximizar os benefícios da autoavaliação para a escola.	Elaboração de planos de melhoria face aos resultados da autoavaliação.	Elaborar um plano de melhoria anual.	Reflexão com a comunidade educativa (estruturas intermédias, Conselho Pedagógico e Conselho Geral) sobre os resultados da autoavaliação por forma a definir ações de melhoria. Identificação de melhorias decorrentes da autoavaliação no âmbito da organização da escola, desenvolvimento curricular, processo de ensino-aprendizagem, necessidades de formação e educação inclusiva.
	B2. Implementar uma intervenção de melhoria organizacional, face aos resultados da autoavaliação.	Grau do cumprimento do plano de melhoria.	Cumprir com as ações de melhoria previstas para o ano em exercício, com impacto positivo.	Monitorização e avaliação das ações de melhoria.

Linha de ação 2. Liderança e Gestão

Domínio	Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias
A. Construção e divulgação dos instrumentos de autonomia	A1. Implementar uma visão partilhada e articulada dos documentos estruturantes.	N.º de documentos orientadores reestruturados com referência a articulação entre estruturas.	Reformular o Regulamento Interno, os regimentos internos e articular os documentos estruturantes orientadores. Todos os documentos reestruturados com referência a articulação entre estruturas.	Criação de equipas responsáveis pela revisão/reformulação dos documentos estruturantes. Reformulação articulada dos documentos estruturantes sempre que for necessário. Auscultação de pessoal docente, não docente, alunos e pais e encarregados de educação, bem como parceiros da escola.
	A2. Divulgar os instrumentos de autonomia.	Percentagem de documentos estruturantes divulgados na página da escola.	100% dos documentos estruturantes divulgados na página da ESJF.	Atualização da página da escola periodicamente.
B. Liderança	B1. Implementar modos de atuação indutores de corresponsabilização democrática das lideranças intermédias na operacionalização do PE.	N.º de lideranças intermédias envolvidas e respetivos relatórios.	Inserir, nos relatórios de monitorização e de avaliação (elaborados por cada liderança intermédia) mecanismos de aferição do grau de consecução dos processos e dos procedimentos da sua responsabilidade.	Dinamização, de forma regular, de encontros com os coordenadores das várias estruturas. Criação de momentos agendados de reuniões periódicas com as estruturas intermédias.
C. Gestão	C1. Gerir eficazmente os recursos materiais/financeiros.	Elaboração e apresentação do relatório de conta de gerência.	Elaborar e apresentar ao CG o relatório anual de conta de gerência.	Realização de reuniões periódicas do Conselho Administrativo. Monitorização do investimento efetuado.
	C2. Rentabilizar os recursos humanos eficazmente.	Distribuição de serviço de pessoal docente e pessoal não docente.	Distribuir o serviço anualmente ou quando necessário de acordo com as necessidades da escola.	Distribuição do serviço de acordo com os documentos orientadores emanados do CP. Distribuição de funções a desempenhar de modo a que cada um se sinta parte integrante da instituição. Valorização dos diferentes níveis de liderança (Conselho Geral, Diretora e Equipa, Conselho Pedagógico, estruturas de coordenação educativa e supervisão, Diretores de Turma, Grupos Disciplinares e Departamentos) e sua articulação.

				Reflexão com Assistentes Técnicos e Operacionais sobre formas de organização do trabalho a desenvolver. Incentivo do trabalho de equipa e colaborativo.
	C3. Implementar código de conduta	Existência de código de conduta da ESJF no âmbito do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC).	Elaborar o código de conduta da ESJF.	Elaboração do código de conduta da ESJF. Divulgação do código de conduta da ESJF na página da escola. Monitorização dos dados reportados.
D. Comunicação	D1. Difundir informação necessária ao funcionamento da organização.	Informação disponibilizada na página <i>web</i> da escola e <i>e-mail</i> institucional. N.º de reuniões realizadas com diversas estruturas.	Publicar, na página da escola, informações sobre cursos, concursos e outros. Realizar anualmente reuniões com diversas estruturas.	Atualização da página da escola periodicamente. Realização de reuniões anuais com a Associação de Pais, Associação de Estudantes, Representantes de Encarregados de Educação e delegados de turma.
	D2. Implementar um circuito de transmissão de informação entre/para o pessoal docente e entre/para o pessoal não docente.	N.º listas de difusão setoriais para o correio eletrónico.	Criar listas de difusão setoriais para o correio eletrónico.	Criação de listas de difusão setoriais. Atualização das listas de difusão setoriais periodicamente.
	D3. Projetar a imagem da escola ao exterior.	N.º de notícias publicadas na página <i>web</i> da Escola, nas redes sociais e nos jornais locais e/ou regionais.	Difundir, na página da escola e nas redes sociais, pelo menos 30% das atividades realizadas no âmbito do PAA, contribuindo para uma maior visibilidade da escola.	Atualização periódica da página da escola e das redes sociais. Realização de iniciativas na escola abertas à comunidade e de iniciativas pela escola na comunidade. Elaboração e divulgação de folhetos promocionais sobre a oferta educativa da escola.

Linha de ação 3. Prestação do Serviço Educativo

Domínio	Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias
A. Inovação curricular e pedagógica	A1. Enriquecer o currículo através de projetos e clubes.	N.º de clubes e projetos. Percentagem de alunos/clubes e projetos. Apreciação dos alunos. Candidaturas apresentadas a programa e projetos.	Concretizar 80% das atividades propostas em cada clube/projeto. Alcançar uma apreciação positiva de 95% dos alunos que participam em clubes e projetos. Apresentar candidaturas a programas e projetos nacionais e internacionais.	Elaboração de relatório final das atividades realizadas. Elaboração de instrumento de avaliação das atividades realizadas direcionado aos alunos. Apresentação de candidaturas a programas e projetos nacionais e internacionais. Articulação dos projetos com os Domínios de Autonomia Curricular.
	A2. Promover aspetos transversais relacionados com a capacitação digital.	Taxa de dinamização de tarefas com recurso a digital e de ações do PADDE de índole pedagógica. $\frac{n^{\circ} \text{ de turmas com resposta positiva}}{n^{\circ} \text{ total de turmas}} \times 100$ Taxa de ocupação/dinamização do laboratório LED.	Alcançar 75% das turmas. Evidências no relatório anual do PADDE.	Divulgação pelos DT das ações promovidas pelo PADDE. Promoção do uso das TIC/ambientes de aprendizagem digital nas aulas, biblioteca e clubes. Elaboração do relatório anual do PADDE. Realização de atividades no laboratório LED. Utilização de materiais do laboratório LED para a dinamização de atividades em articulação com Clubes e/ou projetos.
	A3. Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos.	N.º de horas destinadas a atividades integradas no projeto PESES. % de alunos inscritos no Desporto Escolar. N.º de atividades da BE em articulação com as diversas estruturas e/ou projetos em desenvolvimento nas escolas e/ou comunidade em geral. Plano anual do PCE.	Concretizar, no mínimo, 12 horas anuais de atividades no âmbito do PESES. Alcançar 6% de alunos inscritos no DE. Cumprir de 95% do plano anual BE. Cumprir 90% das atividades previstas no PCE.	Realização e divulgação das atividades dinamizadas pelo PESES. Divulgação da oferta do DE e dos resultados obtidos em provas. Articulação da BE com diversas estruturas. Realização e divulgação das atividades dinamizadas pelo PCE.

<p>B. Equidade e Inclusão</p>	<p>B1. Promover a equidade e inclusão de todos os alunos.</p>	<p>% de alunos com resposta de PLNM.</p> <p>N.º de alunos/ % alunos contemplados no PLEI.</p> <p>% de alunos com resposta da EMAEI.</p> <p>Plano anual SPO.</p> <p>% de alunos sinalizados pelo SPO.</p> <p>N.º de atividades por Departamento propostas, realizadas e avaliadas no âmbito do PAA.</p>	<p>Resposta atempada a 100% dos alunos PLNM</p> <p>.</p> <p>80% de alunos PLNM contemplados no PLEI. N.º total de alunos contemplados no PLEI.</p> <p>Resposta atempada a 100% dos alunos identificados para a EMAEI.</p> <p>Cumprimento de 95% das atividades do plano anual SPO.</p> <p>Resposta atempada a 100% dos alunos sinalizados para o SPO considerados prioritários.</p> <p>Concretizar 90% das atividades aprovadas do PAA. Avaliar, em tempo útil, 100% das atividades do PAA realizadas .</p>	<p>Identificação de todos os alunos em condições de integrar o PLNM no início do ano letivo.</p> <p>Criação de grupos turma, para alunos abrangidos por PLNM.</p> <p>Balanço trimestral do PLEI.</p> <p>Definição de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, numa lógica de abordagem multinível, mobilizando a reflexão efetuada em CT.</p> <p>Dinamização do CAA.</p> <p>Definição de medidas de orientação escolar, profissional e de prevenção/proteção de comportamentos de risco.</p> <p>Elaboração de relatório anual do PAA. Sensibilização sobre a importância de avaliar as atividades realizadas em tempo útil.</p>
<p>C. Redes e Parcerias</p>	<p>C1. Estabelecer parcerias no âmbito de: estágios profissionais, entidades de acompanhamento a menores, Município, CFAE.</p>	<p>N.º de Protocolos celebrados e concretizados.</p> <p>N.º de atividades desenvolvidas no âmbito das diferentes parcerias estabelecidas.</p>	<p>Manter e otimizar os protocolos estabelecidos.</p> <p>Promover 3 atividades anuais com diferentes parceiros.</p>	<p>Renovação anual dos protocolos.</p> <p>Realização de atividades de estruturas diversas envolvendo parceiros.</p>
<p>D. Formação</p>	<p>D1. Promover a formação contínua do pessoal docente.</p>	<p>N.º horas de formação realizadas.</p> <p>Plano de Formação Interno da Escola e articulado com CFAE Minerva).</p>	<p>Assegurar as condições para que o pessoal docente possa realizar horas de formação centrada nas competências que abrangem a sua área de ação. Dinamizar ações de formação interna para partilha de conhecimento.</p>	<p>Levantamento das necessidades de formação. Elaboração de um plano de formação para os docentes em articulação com CFAE Minerva, respondendo aos interesses manifestados pelos mesmos.</p> <p>Dinamização de ações de formação interna de acordo com interesse manifestados pelos docentes.</p>

	D2. Promover a formação contínua do pessoal não docente.	N.º horas de formação realizadas da responsabilidade da Autarquia.	Assegurar as condições para que o pessoal não docente possa realizar horas de formação centrada nas competências que abrangem a sua área de ação.	Elaboração de plano de formação do pessoal não docente em articulação com a Autarquia.
	D3. Promover e alargar a colaboração com o Ensino Superior no âmbito da formação inicial de professores.	N.º de protocolos estabelecidos com universidades.	Manter o número de núcleos de estágio no âmbito da formação inicial de professores, desde que não comprometa o n.º de horas de cada grupo de recrutamento.	Promoção da colaboração com o Ensino Superior no âmbito da formação inicial de professores.

Linha de ação 4. Resultados

Domínio	Objetivos	Indicadores	Metas	Estratégias
A. Resultados académicos 3.º ciclo	A1. Melhorar os resultados académicos no 3.º ciclo.	<p>Taxa global de alunos com sucesso pleno (alunos sem níveis inferiores a 3 no 3.º ciclo).</p> $\frac{n^{\circ} \text{ total de alunos sem negativas}}{n^{\circ} \text{ total de alunos}} \times 100$ <p>Taxa global de alunos com sucesso.</p> $\frac{n^{\circ} \text{ total de alunos que transitam}}{n^{\circ} \text{ total de alunos}} \times 100$ <p>Percentagem de alunos que concluem o 3.º ciclo sem retenções.</p> <p>Qualidade do sucesso das disciplinas.</p>	<p>Alcançar 80% de alunos com sucesso pleno no 3.º ciclo.</p> <p>Alcançar 90% de alunos com sucesso no 3.º ciclo.</p> <p>Manter/alcançar percentagem $\geq 90\%$ de alunos que concluem o 3.º ciclo sem retenções.</p> <p>Alcançar uma média $\geq 3,5$.</p>	<p>Assunção de metodologias ativas e inovadoras como primordiais na organização pedagógica;</p> <p>Utilização de espaços de aprendizagem diversificados;</p> <p>Diversificação dos instrumentos de avaliação formativa e sumativa.</p> <p>Mobilização de professores para lecionação de aulas de recuperação das aprendizagens.</p> <p>Acompanhamento e monitorização do progresso global dos resultados escolares e da qualidade das aprendizagens através de um balanço trimestral.</p> <p>Elaboração das planificações anuais colaborativamente, de acordo com as Aprendizagens Essenciais e o PASEO.</p> <p>Consolidação da prática de atribuição do <i>feedback</i> de qualidade dado aos alunos.</p>
	A2. Melhorar os resultados das provas finais de ciclo (avaliação externa a Português, PLNM e Matemática).	<p>Percentagem de alunos com nível final superior a 2 nas disciplinas de Português, PLNM e Matemática.</p> <p>Média do nível final nas disciplinas de Português, PLNM e Matemática.</p>	<p>Obter percentagens de sucesso nas provas finais de ciclo superiores aos valores homólogos nacionais.</p> <p>Manter ou aumentar a média do ano letivo anterior nas disciplinas de Português, PLNM e Matemática.</p>	<p>Realização de aulas de preparação para as provas finais após o final das aulas.</p> <p>Incentivo à utilização dos Guiões de Trabalho Autónomo (GTA) da plataforma digital "Estudo autónomo" da Direção-Geral da Educação.</p>
	A3. Reduzir o desfasamento entre os resultados da avaliação interna e externa.	<p>Desvio entre os resultados obtidos a nível interno e externo (médias).</p> $\Delta \text{nível} = \overline{\text{nível interno}} - \overline{\text{nível externo}}$	<p>Reduzir 0,1 o $\Delta \text{nível}$.</p>	<p>Realização de aulas de preparação para as provas finais após o final das aulas.</p> <p>Incentivo à utilização dos Guiões de Trabalho Autónomo (GTA) da plataforma digital "Estudo autónomo" da Direção-Geral da Educação.</p>

	A4. Proporcionar o prosseguimento de estudos	N.º de ações/intervenções realizadas no âmbito da orientação vocacional/N.º de alunos envolvidos N.º de cursos disponíveis e disciplinas de opção.	Realizar 1 ação em cada turma de 9.º ano promovida pelo SPO. Manter os 4 cursos científico-humanísticos e os 4 cursos profissionais existentes.	Realização de sessões de orientação vocacional. Divulgação da oferta formativa no final do ano letivo nas várias turmas. Realização de atividades, dinamizadas pelos alunos dos Cursos Profissionais, nas várias turmas.
B. Resultados académicos Ensino Secundário	B1. Melhorar os resultados académicos no Ensino Secundário (CIF).	Taxa global de alunos com sucesso pleno (alunos sem classificações inferiores a 10 no ensino secundário). $\frac{n^{\circ} \text{ total de alunos sem negativas}}{n^{\circ} \text{ total de alunos}} \times 100$ Taxa global de alunos com sucesso. $\frac{n^{\circ} \text{ total de alunos que transitam}}{n^{\circ} \text{ total de alunos}} \times 100$ Porcentagem de alunos que concluem o Ensino Secundário sem retenções. Qualidade do sucesso das disciplinas.	Alcançar 80% de alunos com sucesso pleno no ensino secundário. Alcançar 90% de alunos com sucesso no Ensino Secundário. Alcançar 86% de alunos que concluem o Ensino Secundário sem retenções. Alcançar uma média $\geq 13,5$.	Assunção de metodologias ativas e inovadoras como primordiais na organização pedagógica; Utilização de espaços de aprendizagem diversificados; Diversificação dos instrumentos de avaliação formativa e sumativa. Mobilização de professores para lecionação de aulas de recuperação das aprendizagens. Acompanhamento e monitorização do progresso global dos resultados escolares e da qualidade das aprendizagens através de um balanço trimestral. Elaboração das planificações anuais colaborativamente, de acordo com as Aprendizagens Essenciais e o PASEO. Consolidação da prática de atribuição do <i>feedback</i> de qualidade dado aos alunos.
	B2. Melhorar os resultados dos exames nacionais da componente específica e geral (CFD).	Porcentagem de alunos com classificação final superior a 10 nas disciplinas da componente específica e geral sujeitas a exame nacional. Média da classificação final nas disciplinas da componente específica e geral sujeitas a exame nacional.	Obter percentagens de sucesso nos exames nacionais superiores aos valores homólogos nacionais. Manter ou aumentar a média do ano letivo anterior nas disciplinas da componente específica e geral sujeitas a exame nacional.	Realização de aulas de preparação para Exames Nacionais após o final das aulas. Incentivo à utilização dos Guiões de Trabalho Autónomo (GTA) da plataforma digital "Estudo autónomo" da Direção-Geral da Educação.
	B3. Reduzir o desfasamento entre os resultados da avaliação interna e externa.	Desvio entre os resultados obtidos a nível interno e externo (médias). $\Delta \text{classif.} = \overline{\text{classif. interna}} - \overline{\text{classif. externa}}$	Reduzir 0,5 valores o $\Delta \text{classificação}$.	Realização de aulas de preparação para Exames Nacionais após o final das aulas. Incentivo à utilização dos Guiões de Trabalho Autónomo (GTA) da plataforma digital "Estudo autónomo" da Direção-Geral da Educação.

	B4. Proporcionar o prosseguimento de estudos.	N.º de ações/intervenções realizadas no âmbito da orientação vida escolar/N.º de alunos envolvidos. Percentagem de alunos que ingressam no ensino superior após conclusão do 12.º ano.	Realizar uma ação em cada curso promovida pelo SPO. Realizar uma ação anual direcionada às profissões e respetivas áreas de formação. Alcançar 80% de alunos que ingressam no ensino superior após conclusão do 12.º ano.	Realização de sessões de orientação vocacional. Promoção de atividade informativa sobre áreas de empregabilidade e profissões.
C. Resultados académicos E. Profissional	C1. Melhorar os resultados académicos no Ensino Profissional.	Taxa global de alunos com sucesso pleno (alunos sem módulos em atraso). $\frac{n^{\circ} \text{ total de alunos sem módulos em atraso}}{n^{\circ} \text{ total de alunos}}$ Taxa global de alunos com sucesso. $\frac{n^{\circ} \text{ total de alunos que terminam o ciclo formativo em 3 anos}}{n^{\circ} \text{ total de alunos que ingressaram nos cursos}}$	Alcançar 80% de alunos com sucesso pleno no ensino secundário. Alcançar 90% de alunos com sucesso no Ensino Secundário.	Assunção de metodologias ativas e inovadoras como primordiais na organização pedagógica; Utilização de espaços de aprendizagem diversificados; Diversificação/diferenciação dos instrumentos de avaliação formativa e sumativa. Acompanhamento e monitorização do progresso global dos resultados escolares e da qualidade das aprendizagens através de um balanço trimestral. Elaboração das planificações anuais colaborativamente, de acordo com o PASEO. Consolidação da prática de atribuição do <i>feedback</i> de qualidade dado aos alunos. Priorização da avaliação do processo em detrimento da avaliação dos instrumentos.
	C2. Proporcionar a inserção na vida ativa.	N.º de ações/intervenções realizadas no âmbito da orientação vida escolar/n.º de alunos envolvidos. % de alunos que ingressam no mercado de trabalho após conclusão do curso profissional. Taxa de diplomados a exercer profissões relacionadas com os cursos profissionais e o grau de satisfação dos empregadores.	Realizar 1 ação em cada curso promovida pelo SPO. Alcançar 80% de alunos que ingressam no mercado de trabalho após conclusão do curso profissional. Alcançar 80% de diplomados que não ingressaram no ensino superior a exercer profissões na área do seu percurso formativo. 90% de satisfação dos empregadores.	Realização de ações de orientação vocacional. Aferição, pela equipa EQAVET, dos indicadores de empregabilidade/prosseguimento de estudos após conclusão de estudos. Aplicação, pelos diretores de curso, de questionários de satisfação às entidades de acolhimento de FCT.

<p>D.</p> <p>Monitorização e reconhecimento</p>	<p>D1. Monitorizar e refletir sobre os resultados académicos por trimestre e no final do ano.</p> <p>D2. Promover o valor, a excelência e o mérito.</p>	<p>Reflexão sobre resultados académicos por trimestre e no final do ano em Departamento, Conselho Pedagógico e Equipa de Autoavaliação.</p> <p>N.º de alunos propostos para o quadro de mérito. (Valor esperado = Valor do ano anterior x 1,02)</p>	<p>Elaborar 1 balanço/reflexão das avaliações em grupo disciplinar, Departamento, Conselho Pedagógico e equipa de Autoavaliação.</p> <p>Registar nas atas das várias estruturas o balanço dos resultados.</p> <p>Aumentar, em 2 pontos percentuais, a % de alunos no quadro de mérito, relativamente ao ano anterior.</p>	<p>Acompanhamento e monitorização do progresso global dos resultados escolares e da qualidade das aprendizagens através de um balanço trimestral com reflexão em Grupo Disciplinar, Departamento e Conselho Pedagógico.</p> <p>Elaboração e atribuição de diplomas de mérito. Comemoração do Dia do Diploma.</p>
<p>E.</p> <p>Resultados sociais</p>	<p>E1. Consolidar comportamentos sociais adequados.</p>	<p>N.º de ocorrências de indisciplina registadas.</p> <p>N.º de sessões de sensibilização realizadas.</p> <p>N.º de atividades que visem o envolvimento da Escola em causas sociais/% de alunos envolvidos.</p>	<p>Reduzir o n.º de ocorrências disciplinares em 10% relativamente ao ano anterior.</p> <p>Realizar uma sessão de sensibilização nas turmas identificadas com casos de indisciplina.</p> <p>Realizar uma atividade que envolva a ESJF em causas sociais/ 50% de alunos envolvidos.</p>	<p>Elaboração trimestral do balanço do Gabinete de Mediação Disciplinar.</p> <p>Sensibilização dos alunos para o cumprimento de regras de boa convivência e respeito e dos direitos e deveres constantes no Estatuto do Aluno e Regulamento Interno.</p> <p>Promoção do envolvimento dos alunos em causas sociais.</p> <p>Cumprimento do Regulamento sobre o acesso à internet e utilização de smartphones e tablets.</p>
<p>E2. Eliminar abandono/desistência escolar.</p>	<p>Taxa de abandono/desistência escolar.</p> <p>Sinalizações à CPCJ.</p>	<p>Alcançar 0% de abandono escolar tanto no 3.º ciclo como no ensino secundário.</p> <p>Formalizar sinalizações à CPCJ sempre que existir perigo de abandono/desistência escolar.</p>	<p>Comunicação imediata aos EE por parte dos DT sobre faltas injustificadas apresentadas pelos seus educandos.</p> <p>Articulação proativa e em tempo útil entre o DT, o interlocutor da escola e a CPCJ.</p>	
<p>E3. Educar para a Cidadania.</p>	<p>N.º de atividades que abordem os diferentes domínios da Cidadania (Consciência Ecológica, Hábitos de Vida Saudável, ...).</p> <p>Percentagem de refeições encomendadas e não servidas.</p> <p>N.º de turmas com falta de pontualidade dos alunos.</p> <p>N.º de Simulacros realizados</p>	<p>Dinamizar pelo menos 3 atividades relacionadas com a cidadania, por turma, anualmente.</p> <p>Apresentar o registo da turma para a ENEC.</p> <p>Diminuir a percentagem de refeições encomendadas e não servidas para menos de 5%.</p> <p>Diminuir o número de turmas com pontualidade suficiente ou insuficiente.</p> <p>Realizar simulacros educativos.</p>	<p>Conceção de projetos transversais no âmbito da ENEC, com a contribuição dos alunos.</p> <p>Elaboração da grelha de Cidadania e Desenvolvimento de cada turma.</p> <p>Elaboração do Passaporte de Cidadania por aluno.</p> <p>Sensibilização dos alunos para o consumo responsável e sustentável, evitando o desperdício.</p> <p>Sensibilização dos alunos para a justificação atempada de faltas de pontualidade e para o cumprimento dos horários definidos na escola.</p> <p>Realização de simulacros de evacuação ou de situação de catástrofe natural.</p> <p>Cumprimento do Regulamento sobre o acesso à internet e utilização de <i>smartphones</i> e <i>tablets</i>.</p>	



6. Parcerias

Parcerias estabelecidas

Para operacionalizar o PE, a ESJF colabora e/ou estabelece parcerias com várias entidades, que a seguir se elencam:

3LM Publicidade e Imagem Unipessoal Lda

Aptis School - Projeto Nacional de Certificação em Língua *Inglesa* (selo de qualidade British Council)

AAC Desportos Náuticos Remo

Adore Portugal

AC, Águas de Coimbra, E.M.

AIRC – Associação Informática da Região Centro

A Lista Digital Lda

APCC – Associação Paralisia Cerebral de Coimbra

APPDA – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo de Coimbra

APPACDM Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra

As Beiras

Banda larga

Blau Creative Studio

BeautybA'R – Salão de Beleza

Blarga Music Unipessoal Lda

Casa das Artes Bissaya Barreto

Casa São Bento

Casas da Alta

Centro Social Casal da Comba

Clara Simões Contabilidade

Clickart Publicidade e Artes Gráficas Lda

CMCoimbra

Coimbralegre, Unipessoal Lda (Casa de S. Bento)

Dualprint Soluções de Imagem

ES Tecnologia de Saúde – Instituto Politécnico Coimbra

ESEC TV

EZ - Team

Exploratório Ciência Viva Coimbra

Fernando Namora Casa Museu

Fert World

Figueira Gráfica, Imagem e Comunicação

Five Fingers Lda (Luggage Hotel)

Five Senses Hostel

FNAC Coimbra

Focar Momentos Lda

Foto Cinearte
FotoSport JMRC Unipessoal Lda
FUT World (Bigsquad Lda)
Golden Symbols Designers & Publicidade
Graça Real
GueRilia Design Agency Unipessoal Lda
Hospital Luz Coimbra
I Free Produção Audiovisual e web, Lda
IPO Coimbra Francisco Gentil E.P.E.
João Duarte, Unipessoal, Lda (Ogami)
Live Sound – Boutique do espetáculo
Logo Words Publicidade Lda
Lurdes Pascoal – Estúdio Fotográfico
Mata Borrão – Publicidade e Artes Gráficas Unipessoal Lda
Monte de Portugal – Turismo Rural
Mr Care Lda
Município de Penacova – Posto de Turismo
Museu Monográfico de Conímbriga
Museu Nacional Machado de Castro
O Ami Impressão Digital
OnLine – Inforsolum Unipessoal Lda
Palácio S. Silvestre
Parque Biológico Serra da Lousã
PenPrint – gestão de imagem Lda
POROS – CM Condeixa
Portugal dos Pequenitos - Fundação Bissaya Barreto
Posto de Turismo de Coimbra
Pretérito Pretexto Lda
PSS – Hotelaria e Turismo Lda - Hotel S. Silvestre
Publisoure Unipessoal Lda
Ragraf – Tipografia Silva & Irmão Lda
Residencial Martinho – Lousã
Rui Bessa – Capturing Dreams
Sapientia Boutique Hotel
SASUC
Sé Velha Hostel
Sereneta Hostel Coimbra
SIC Delegação de Coimbra
Smile Facilitys Lda
Star Padel
Universidade de Coimbra
Vimarsil Gráfica Lda
Vistas Largas
Unibrindes – Brindes Publicitários e Artes Gráficas Unipessoal Lda
Unidade Local de Saúde de Coimbra de Celas



7. Avaliação

Desenho da avaliação e periodicidade

De acordo com a alínea c), do n.º 1, do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, compete ao Conselho Geral “Aprovar o projeto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução”.

A avaliação intermédia (anual) e final (trienal) do PE far-se-á pelo Conselho Geral, após análise e parecer dos Relatórios de Autoavaliação elaborados pela equipa de autoavaliação, complementado pela informação periódica dos Resultados Escolares, pelo Relatório de Conta de Gerência, pelo Relatório Anual de Atividades e pelos resultados da avaliação externa realizada pela IGEC, podendo conduzir a alterações e/ou reformulações do PE.

Os resultados, conclusões e recomendações dos processos de avaliação intermédia e final serão apreciados pelo Conselho Pedagógico e pelo Conselho Geral, tendo em vista a revisão do PE dentro do ciclo de execução ou para o triénio seguinte.



8. Divulgação

Formas de divulgação do PE

A divulgação do PE e a sensibilização/responsabilização de todos os elementos da Comunidade Educativa será assegurada através das seguintes ações:

- envio do documento a
 - Conselho Pedagógico;
 - Conselho Geral;
 - Coordenadores de Departamentos Curriculares;
 - Coordenador(a) dos Diretores de Turma;
 - Presidente da Associação de Pais/Encarregados de Educação;
 - Chefe dos Serviços Administrativos;
 - Coordenador do Pessoal Operacional;
 - Centro de Saúde;
 - Câmara Municipal;
 - todos os parceiros da Comunidade Escolar;

- disponibilização na BE, reprografia e no *site* da Escola, para consulta;

- no início de cada ano letivo, os representantes dos Encarregados de Educação eleitos em cada turma, receberão um exemplar em formato digital.



Bibliografia e legislação consultada

Referências bibliográficas

- Azevedo, R., Fernandes, E., Lourenço, H., Barbosa, J., Silva, J. M., Costa, L. & Nunes, P. S. (2011). *Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação - Guião de apoio*. Agência Nacional para a Qualificação.
- Batista, S., Gonçalves, E., Rosa R. & Trigo, M. (2012). *Projectos Educativos – para um modelo da sua elaboração*. Projecto ESCXEL – Rede de Escolas de Excelência.
- Escola Secundária José Falcão (2021). *Projeto Educativo 2021-2024*. Escola Secundária José Falcão.
- Inspeção-Geral da Educação e Ciência (2023). *Relatório da Avaliação Externa de Escolas 2022-2023: Escola Secundária José Falcão*. Inspeção-Geral da Educação e Ciência. <https://bit.ly/3Da8MaV>
- Martins, G. D. O., Gomes, C. A. S., Brocardo, J., Pedroso, J. V., Camilo, J. L. A., Silva, L. M. U., Encarnação, M.M.G., Horta, M.J.V.C., Calçada, M.T.C.S., Nery, R.F.V., & Rodrigues, S. M. C. V. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*.
- Moniz, Gonçalo C. (2008). O Liceu de Coimbra - do Liceu Júlio Henriques à Escola Secundária José Falcão. *Revista Rua Larga*, (19). <https://bit.ly/3BfqpWq>
- Rodrigues, A. S. (2003). Liceu José Falcão em Coimbra. In A. Nóvoa & A. T. Santa-Clara (Coord.), *Liceus de Portugal* (pp. 223-241). Edições ASA.

Legislação consultada

- Decreto-Lei n.º 75/2008 do Ministério da Educação. (2008). *Diário da República*: I Série, n.º 79/2008. <https://bit.ly/3VBZuL9>
- Decreto-Lei n.º 137/2012 do Ministério da Educação (2012). *Diário da República*: I Série, n.º 123/2012. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/137-2012-178527>
- Decreto-Lei n.º 54/2018 do Ministério da Educação. (2018). *Diário da República*: I Série, n.º 129/2018, disponível na WWW em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/54/2018/07/06/p/dre/pt/html>
- Decreto-Lei n.º 55/2018 do Ministério da Educação. (2018). *Diário da República*: I Série, n.º 159/2018. <https://bit.ly/4gslv7g>

Portaria 245-A/2020 do Ministério das Finanças e do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação. (2020). *Diário da República*: I Série, n.º 202/2020, 1.º Suplemento. <https://bit.ly/4iv3KWC>



[/es_jose_falcao](#)



www.esjf.edu.pt



[/esjf.edu.pt](#)